



FATOS & COMENTÁRIOS

Marcos de Oliveira
Redação do MM
fatos@monitormercantil.com.br

Século 21 e a volta da política industrial

Em “Política industrial, coisa de país rico” (Fatos & Comentários, 25/11/2025; no jornal impresso, dia 26) esta coluna comentou artigo do Fundo Monetário Internacional (FMI) sobre os ganhos e cuidados na implementação de políticas industriais. Um texto publicado, também no ano passado, pelo BNDES, corrobora o debate.

“As políticas industriais sempre estiveram presentes nas economias desenvolvidas. Ora de forma nítida, com o uso de subsídios e restrições diversas, ora de forma mais discreta, por meio do fomento à pesquisa e inovação e de compras governamentais”, comentam Guilherme Maia, Gabriel Daudt e Luiz Daniel Willcox (respectivamente, economista, gerente e chefe do Departamento de Análise e Avaliação de Políticas Públicas da Área de Planejamento e Pesquisa Econômica do BNDES) no artigo “Retomada da política industrial brasileira”

“Cabe destacar que trabalhos acadêmicos, como os de Juhász et al. (2023) e de Juhász, Lane e Rodrik (2023), e textos publicados pelo FMI (Evenett et al., 2024) e pela OCDE (Criscuolo et al., 2023) reportam que são os países desenvolvidos que mais utilizam políticas industriais, desmistificando argumentos de que países em desenvolvimento utilizariam o apoio do Estado para cobrir ineficiências e criar competências artificiais”, salientam os autores.

Nas duas últimas décadas do século 20, as políticas industriais foram reduzidas nas principais economias industrializadas do Ocidente. Uma das consequências foi a migração de importantes cadeias industriais para países asiáticos, “os quais costumam ser mais pragmáticos quanto ao uso de instrumentos de apoio à estruturação de parques industriais. Conjuntamente com as cadeias industriais, também foram transferidas”.

A demonização da política industrial perdeu força no século 21 diante das dificuldades inerentes à desindustrialização, trazendo de volta “a consciência de que a indústria é essencial ao desenvolvimento e de que uma política industrial bem estruturada e sujeita a permanente avaliação é uma aliada poderosa para a manutenção do tecido industrial”.

Os desafios da manufatura avançada, da emergência climática e, mais recentemente, da instabilidade e dependência em cadeias de suprimento estratégicas alteraram definitivamente o jogo em favor do uso de políticas industriais, destaca o texto.

E o Brasil na sua luta contra a desindustrialização? “A NIB [Nova Indústria Brasil] veio preencher o vácuo que existia no suporte à indústria, estimulando o progresso técnico e a transformação digital e ecológica. A NIB objetiva elevar a produtividade de nossa indústria, gerando empregos de qualidade, e ampliar nossa competitividade, reposicionando o país no comércio internacional”, concluem Maia, Daudt e Willcox.

O texto foi publicado em BNDES Set., Rio de Janeiro, v. 31, n. 60, p. 13-47, set. 2025

Rápidas

De 6 a 8 de março, a Startup Weekend Women Rio de Janeiro promove 54 horas de imersão em inovação, empreendedorismo e protagonismo feminino. O evento será realizado no Centro Empresarial Botafogo. Inscrições: luma.com/t49d68ss *** A Galeria Dobra/ArtNova apresenta a exposição *O Pardal no Peito*, de Paulo Amorim, com abertura em 21 de fevereiro na Fábrica Bhering (RJ), 2º andar, com entrada franca, até 7 de março.

Espanha priorizará gestão pública dos serviços de saúde

Governo aprova anteprojeto para limitar PPPs na área

O Conselho de Ministros aprovou nesta terça-feira o anteprojeto de lei de Gestão Pública e Integridade do Sistema Nacional de Saúde (SNS), que revogará a Lei 15/1997, que permite a colaboração público-privada na saúde, para limitar esse modelo a situações excepcionais e após avaliação, com o objetivo de priorizar a gestão pública dos serviços de saúde.

“Pessoalmente, considero esta lei uma vitória da sociedade civil, uma vitória das reivindicações dos cidadãos há muitos anos, que protegerá e blindará o nosso Sistema Nacional de Saúde das garras especuladoras e privatizadoras. Esta lei responde a um lema amplamente conhecido que é ‘A saúde não se vende, a saúde se defende’”, destacou a ministra da Saúde, Mónica García, que

garantiu que esta lei estabelecerá “um fim a casos absolutamente obscenos” como os que ocorreram nos últimos meses.

Assim, referiu-se, por exemplo, às gravações filtradas sobre ordens do CEO da Ribera Salud, empresa concessionária do Hospital de Torrejón, para aumentar o lucro econômico da empresa, e aos problemas ocorridos com a terceirização dos exames de rastreamento do cân-

cer de mama em Andaluzia.

Segundo a Europa Press, García afirmou que não se trata de “casos isolados” mas sim de um “problema estrutural”. Também argumentou, em consonância com as evidências científicas, que a privatização tem consequências na qualidade da assistência aos pacientes, gerando um aumento das infecções, da mortalidade evitável e uma maior desigualdade.

Custo médio de vida do brasileiro é de R\$ 3.520 por mês

Manter o equilíbrio financeiro tem sido um desafio constante para os brasileiros. De acordo com a pesquisa “Custo de Vida no Brasil” realizada pela Serasa em parceria com o instituto Opinion Box, o custo de vida médio mensal do brasileiro chega a R\$ 3.520, considerando gastos com moradia, contas recorrentes, supermercado, transporte, saúde, educação, lazer, alimentação, compras em geral e serviços e cuidados pessoais. No Rio de Janeiro, esse custo médio mensal é de R\$ 3.340.

Com cada vez mais despesas fixas, como supermercado, moradia e outros

compromissos do dia a dia, o custo de vida segue pressionando o orçamento das famílias e exigindo cada vez mais atenção e planejamento financeiro. Apesar desse cenário, apenas 19% dos entrevistados afirmam considerar fácil gerenciar pagamentos e despesas do dia a dia.

Ao analisar a composição do orçamento mensal, três categorias se destacam como as principais responsáveis pelo peso do custo de vida: compras de supermercado, contas recorrentes e moradia, que juntas concentram 57% dos gastos dos brasileiros. Além de prioritárias, essas despesas também são consideradas as mais difíceis

de manter em dia.

Nas compras de supermercado, o gasto médio mensal nacional é de R\$ 930, com maior valor no Sul (R\$ 1.110) e menor no Nordeste (R\$ 780). No Rio de Janeiro, o valor é de R\$ 850. Já nas contas recorrentes, que incluem despesas como água, luz, internet e streaming, a média mensal brasileira é de R\$ 520, chegando a R\$ 590 no Centro-Oeste e caindo para R\$ 420 no Nordeste. Para os cariocas, o gasto é de R\$ 520.

Gastos com moradia, que incluem aluguel, condomínio ou financiamento, também apresentam forte variação regional. No Rio de

Janeiro, o valor dessas despesas é de R\$ 1.060. O custo médio mensal nacional é de R\$ 1.100 por mês, com o maior valor registrado no Sul (R\$ 1.310) e o menor no Nordeste (R\$ 800), reforçando o peso dessa despesa em regiões com imóveis mais valorizados.

“As variações regionais mostram que o custo de vida está diretamente ligado ao contexto econômico local. Em regiões onde os preços são mais elevados, as despesas essenciais passam a consumir uma parcela ainda maior da renda disponível”, explica Aline Vieira, especialista da Serasa em educação financeira.

Com alta da gasolina, IPCA chega a 0,33% em janeiro

No primeiro mês do ano, o IPCA ficou em 0,33%, repetindo o índice de dezembro de 2025. Em sentidos opostos, a gasolina, com alta de 2,06%, e a luz elétrica residencial, com queda de 2,73% nos preços, foram as principais influências para o índice em janeiro. Com isso, o acumulado em 12 meses ficou em 4,44%. Em janeiro de 2025, o IPCA foi de 0,16%. Os dados foram divulgados nesta terça-feira pelo IBGE.

Dentre os nove grupos, transportes (0,60%) foi o responsável pelo maior impacto no índice de janeiro (0,12 p.p.), com a alta de 2,14% nos combustíveis, em especial na gasolina (2,06%), principal impacto individual no resultado do mês (0,10 p.p.). Apesar das seguidas reduções de preços determinadas pela Petrobras, além da gasolina, pesou a variação dos demais combustíveis: etanol (3,44%), óleo die-

sel (0,52%) e gás veicular (0,20%).

Por outro lado, o grupo habitação apresentou queda de 0,11% em janeiro, por conta da redução de 2,73% na energia elétrica residencial, maior impacto negativo no resultado do mês (-0,11 p.p.). Em dezembro, estava em vigor a bandeira tarifária amarela, com a cobrança adicional de R\$ 1,885 a cada 100 kWh consumidos. Já em janeiro, a bandeira vigente era a verde, sem custo adi-

cional para os consumidores. Além de habitação, o outro grupo que apresentou queda nos preços foi vestuário (-0,25%).

“Na estrutura do IPCA a gasolina apresenta peso de 5,07% e a energia elétrica residencial de 4,16%, ou seja, são os subitens com as maiores participações nas despesas das famílias, na ótica do indicador. Dessa forma, variações nesses dois componentes da cesta de produtos apresentam impacto no cálculo final do índice.

1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ITABORAÍ - RJ
EDITAL DE CITAÇÃO COM O PRAZO DE VINTE DIAS

O MM. Juiz de Direito, Dr.(a) **LIVIA GAGLIANO PINTO ALBERTO MORTERA** da 1ª Vara Cível da Comarca de Itaboraí, RJ, FAZ SABER aos que o presente edital com o prazo de vinte dias, virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, que por este Juízo, que funciona a Avenida Vereador Hermínio Moreira, 380, Centro, ITABORAÍ - RJ - CEP: 24800-201, tramitam os autos da Classe/ Assunto PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL(7) / [Contratos Bancários], de nº 0810141-68.2023.8.19.0023, movida por BANCO BRADESCO S.A em face de MULTI SERVICE COMERCIO E SERVICOS LTDA, objetivando CITAÇÃO. Assim, pelo presente edital CITA o réu MULTI SERVICE COMERCIO E SERVICOS LTDA, que se encontra em lugar incerto e desconhecido, para no prazo de quinze dias oferecer contestação ao pedido inicial, querendo, ficando ciente de que presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos alegados (Art. 344, CPC) , caso não ofereça contestação, e de que, permanecendo revel, será nomeado curador especial (Art. 257, IV, CPC). Dado e passado nesta cidade de ITABORAÍ, 12 de dezembro de 2025. Eu, Celeste Maria Chagas Rodrigues, Substituta da Chefe de Serventia- Matr. 01/30083, digitei. E eu, Leila Tsuge, Chefe de Serventia Judicial - Matr. 01/31672, o subscrevo.

FERIADO DE CARNAVAL

Comunicamos aos leitores, Agências de Publicidade e anunciantes como será a circulação do Monitor Mercantil neste período.

FECHAMENTO DE PUBLICIDADE
13 de fevereiro (sexta-feira) até as 18h.

DATAS DE CAPA
14, 15, 16, 17 e 18 de fevereiro de 2026
Edição única

E-mail: publicidade@monitormercantil.com.br / Tel.: (21) 3849-6444

GOVERNO DO ESTADO RIO DE JANEIRO

SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSFORMAÇÃO DIGITAL
CENTRO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
COMISSÃO DE PREGÃO - AVISO

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS PE-RP Nº 021/2025.

TIPO: Menor Preço Por Item

OBJETO: Registro de preços para fornecimento de subscrição de licenças de gerenciamento unificado de ativos baseada em nuvem, incluindo treinamento e garantia de 36 (trinta e seis) meses, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: R\$ 43.029.502,46 (quarenta e três milhões, vinte e nove mil quinhentos e dois reais e quarenta e seis centavos).

DATA LIMITE DE ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: 02/03/2026, às 10h50.

DATA DA ABERTURA DAS PROPOSTAS: 02/03/2026, às 11h00.

LOCAL: www.compras.rj.gov.br

PROCESSO SEI nº SEI-430002/001675/2025

O edital se encontra disponível no endereço eletrônico www.compras.rj.gov.br, podendo, alternativamente, ser adquirido mediante pagamento da importância de R\$ 15,00 (quinze reais), na Rua da Conceição, nº 69, 24º andar, Centro, RJ, comprovado por meio de guia de depósito da instituição financeira contratada pelo Estado, a favor do Estado do Rio de Janeiro, no site: www.fazenda.rj.gov.br